



ANAIS DO
**SIMPÓSIO DE TCC
E PROJETOS
INTERDISCIPLINARES**
FACFUNAM

ISSN 2763-5147

 Centro de
Pesquisa

 FUNAM

Faculdade de Tecnologia Alto Médio São Francisco – FACFUNAM

**Anais do X Simpósio de TCC e Projetos Interdisciplinares da
FACFUNAM**

FACFUNAM, Pirapora, v. 6, n. 10, jan./jun. 2024.

03 de março.

Editores

Eduardo Vinícius Pereira Barbosa

Árlen Almeida Duarte de Sousa

Comissão Organizadora do Evento

Árlen Almeida Duarte de Sousa

Ivonei Trezena Silveira

Eduardo Vinícius Pereira Barbosa

Tháísa Santos Fernandes Araújo

Comissão Organizadora dos Anais

Árlen Almeida Duarte de Sousa

Ivonei Trezena Silveira

Eduardo Vinícius Pereira Barbosa

Tháísa Santos Fernandes Araújo

Faculdade de Tecnologia Alto Médio São Francisco – FACFUNAM.

Centro de Pesquisa (CP).

Av. Jefferson Gitirana, n. 1422, Cícero Passos, Pirapora – MG, CEP: 39.270-000.

Telefone: (38) 3743-9350.

Anais do X Simpósio de TCC e Projetos Interdisciplinares da FACFUNAM.

Editado em julho de 2024.

Publicado em agosto de 2024.

ISSN: 2763-5147.



[Creative Commons Attribution 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)

Corpo Dirigente da Instituição

Diretora Geral Plataforma I
Sueli dos Reis Nobre Ferreira

Diretora Acadêmica Plataforma I
Thalita Pimentel Nunes

Diretora Administrativo-Financeira Plataforma I
Sabrina Gonçalves Silva

Diretor da FACFUNAM
Ivonei Trezena Silveira

Coordenador do Centro de Pesquisa Plataforma I
Árlen Almeida Duarte de Sousa

Coordenador do Centro de Pesquisa - FAC FUNAM
Eduardo Vinícius Pereira Barbosa

Coordenadora do Curso de Direito
Thaísa Santos Fernandes Araújo

Centro de Pesquisa

Revisão metodológica
Eduardo Vinícius Pereira Barbosa
Árlen Almeida Duarte de Sousa

Revisão ortográfica e gramatical
Nely Raquel Veloso Lauto

Projeto gráfico e capa
Bernardino Mota

Preparação
Eduardo Vinícius Pereira Barbosa
Árlen Almeida Duarte de Sousa

Nota: para ter acesso ao texto completo, procure o Centro de Pesquisa de sua Unidade. O arquivo digital do trabalho de conclusão de curso será fornecido via e-mail.

Sumário

DIREITO	5
A APLICABILIDADE DO DIREITO AO ESQUECIMENTO NO PROCESSO DE RESSOCIALIZAÇÃO DO EGRESSO DO SISTEMA PRISIONAL	5
TUTELA LEGAL DIANTE DA ALIENAÇÃO PARENTAL: IMPLICAÇÕES JURÍDICAS NA DETERMINAÇÃO DA GUARDA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES	6
A NECROPOLÍTICA E OS INVISÍVEIS DA CIDADANIA: AS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA E A PANDEMIA DA COVID-19 NO BRASIL	7
ABOMINÁVEL MUNDO NOVO: IMPLICAÇÃO DA AUSÊNCIA LEGISLATIVA FRENTE A RESPONSABILIZAÇÃO POR FAKE-NEWS E ALGORITMOS MALICIOSOS	8
INTERPRETAÇÃO DA NECROPOLÍTICA E A POSSÍVEL RELAÇÃO COM O ESTADO BRASILEIRO: CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS DE UM NECROESTADO EM FACE DE POLÍTICAS PÚBLICAS BRASILEIRAS	9
DIREITO SUCESSÓRIO DO COMPANHEIRO NA UNIÃO ESTÁVEL <i>PÓS MORTEM</i>	10
QUEBRA DA CADEIA DE CUSTÓDIA: PARALELO ENTRE CONTROVÉRSIA E EFETIVIDADE	11
TRANSMISSIBILIDADE DA HERANÇA DIGITAL HÍBRIDA NO BRASIL	12
A RESPONSABILIDADE CIVIL DECORRENTE DA DESISTÊNCIA NO PROCESSO DE ADOÇÃO CIVIL	13
GUARDA UNILATERAL EM CASOS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA	14
DOAÇÃO E TRANSPLANTE DE ÓRGÃOS: TRIAGEM DE PACIENTES À LUZ DA LEI N.º 9.434/97	15
RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO POR DANO MORAL NA PRISÃO ILEGAL	16
RESPONSABILIDADE CIVIL: POSSIBILIDADE DE INDENIZAÇÃO POR ABANDONO AFETIVO ..	17
O PAPEL DAS PERÍCIAS PSICOLÓGICAS NOS PROCESSOS DE ALIENAÇÃO PARENTAL	18
A POSSIBILIDADE DE RESPONSABILIZAÇÃO POR DANOS AO PROJETO DE VIDA NO BRASIL: ANÁLISE A PARTIR DO CASO CANTORAL BENEVIDES VS. PERU E DO CASO LOAYZA TAMAYO VS. PERU	19
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER: (IN)EFETIVIDADE DA LEI MARIA DA PENHA DIANTE DA FALTA DE INFORMAÇÃO E DA CARÊNCIA DE INSTRUMENTALIZAÇÃO DOS MECANISMOS PREVISTOS NA LEI	20
ASPECTOS LEGAIS E DESAFIOS DA ADOÇÃO PARA GARANTIA DOS DIREITOS DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES	21
CRIMES CONTRA A HONRA PRATICADOS NO AMBIENTE VIRTUAL	22
DIREITO À EDUCAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES DIAGNOSTICADOS COM AUTISMO	23
LIBERDADE DE EXPRESSÃO VS DISCURSO DE ÓDIO: UMA ANÁLISE DA APOLOGIA AO NAZISMO FRENTE AO CASO MONARK	24
ACIDENTE DE TRABALHO E DOENÇA OCUPACIONAL: UMA ANÁLISE DA RESPONSABILIDADE CIVIL DO EMPREGADOR NOS CASOS DE JORNADA DE TELETRABALHO	25
VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES TRANS: UMA ANÁLISE DE DADOS	26

DISCRIMINAÇÃO RACIAL E VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS NA INVESTIGAÇÃO CRIMINAL.....	27
DIREITO E NÚCLEOS DE PRÁTICAS JURÍDICAS: SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA JURÍDICA PARA OS HIPOSSUFICIENTES.....	28
UNIÃO ESTÁVEL SIMULTÂNEA: UMA ANÁLISE PRÁTICA DO CASO GUGU LIBERATO	29
DIREITO E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL: UM ESTUDO SOBRE SUCESSÃO DA HERANÇA DIGITAL POR MEIO DA CAMPANHA DA VOLKSWAGEN – 2023	30
A ILEGALIDADE DO CONTRATO DE TRABALHO INTERMITENTE E A PRECARIZAÇÃO DOS DIREITOS DOS TRABALHADORES.....	31
A TEORIA DO DESAMOR:A RESPONSABILIDADE CIVIL POR ABANDONO AFETIVO.....	32
ALIENAÇÃO PARENTAL À LUZ DA LEI Nº 12.318/2010.....	33

DIREITO

A APLICABILIDADE DO DIREITO AO ESQUECIMENTO NO PROCESSO DE RESSOCIALIZAÇÃO DO EGRESSO DO SISTEMA PRISIONAL

Camila Pereira Ribeiro
Evaldo Mendes Coelho Junior
Elles Albano de Aguiar Carneiro

Objetivo: analisar a importância e a viabilidade da aplicação do direito ao esquecimento no âmbito da ressocialização do egresso do sistema prisional brasileiro, como meio eficaz para a restauração da sua dignidade social. **Materiais e Métodos:** trata-se de pesquisa bibliográfica e documental, de natureza qualitativa. **Resultados:** após análise da literatura, foi possível estabelecer a evolução do direito ao esquecimento e abordar casos concretos de grande repercussão e complexidade no âmbito nacional e internacional, para assim poder conceituá-lo como uma espécie de direito inerente ao ser humano. Também fez-se uma análise dos princípios fundamentais que permeiam os direitos da personalidade e da dignidade humana, seu histórico na legislação brasileira e seus conflitos na jurisprudência, a fim que se possa atingir um entendimento sobre quais elementos integram a discussão sobre o direito ao esquecimento e sua aplicação como instrumento de ressocialização. Nesse contexto, foi verificado que o direito ao esquecimento é um inegável direito da personalidade, e que apesar da decisão do Superior Tribunal Federal (STF) de que esse direito é incompatível com a Constituição Federal de 1988, diante de sua divergência com os direitos fundamentais de informação, foi determinado que cada caso deve ser analisado individualmente, aplicando a técnica da ponderação e da proporcionalidade para dirimir a colisão dos direitos fundamentais conflitantes no caso concreto. No entanto, cabe ressaltar que a efetivação do direito ao esquecimento é indispensável para que o processo de reintegração social ocorra sem intercorrências adicionais, permitindo a concretização do objetivo maior da aplicação de uma pena, que é a ressocialização. **Conclusão:** concluiu-se que o direito ao esquecimento se apresenta como uma grande oportunidade de auxiliar na ressocialização do egresso do sistema prisional, servindo como um mecanismo de amparo à reinserção social e de proteção à esfera íntima do indivíduo.

Palavras-chaves: Direito ao esquecimento. Ressocialização. Dignidade social. Egresso do sistema prisional..

TUTELA LEGAL DIANTE DA ALIENAÇÃO PARENTAL: IMPLICAÇÕES JURÍDICAS NA DETERMINAÇÃO DA GUARDA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Fernanda Michele Santos da Silveira
Isabela Prates Trindade
Elles Albano de Aguiar Carneiro

Objetivo: analisar as implicações jurídicas na determinação da guarda de crianças e adolescentes diante da alienação parental. **Materiais e Métodos:** trata-se uma pesquisa bibliográfica e documental, que consistiu na coleta de informações por meio de consulta a doutrinas, artigos científicos e legislações correlatas, bem como na análise de julgados do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) relacionados ao tema em questão. **Resultados:** o instituto da alienação parental refere-se ao ato de interferência na formação psicológica da criança ou do adolescente, promovido ou induzido por um dos pais, para que a criança repudie o outro, prejudicando os vínculos entre eles, conforme estabelecido no artigo 2º da Lei nº 12.318 de 2010. Diante da alienação parental, propõe-se a intervenção conjunta do Poder Judiciário e de profissionais da psicologia e da assistência social para a implementação do tipo de guarda mais favorável para a proteção dos menores. Ademais, entende-se que a guarda compartilhada seria a mais recomendada por permitir que ambos os genitores participem efetivamente na educação e formação dos filhos. Assim, a guarda compartilhada, juntamente com o amparo legal e psicológico, surge como uma forma de reparar e evitar os danos causados, buscando compensar o sofrimento e os prejuízos ocasionados, além de assegurar a proteção do interesse e bem-estar da criança ou adolescente. **Conclusão:** verificou-se com base na análise dos julgados do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, uma tendência favorável à efetividade da legislação em casos de alienação, a fim de garantir que a criança mantenha vínculos familiares saudáveis, protegendo sua dignidade e seus direitos como indivíduo.

Palavras-chave: Alienação parental. Guarda. Crianças e adolescentes.

A NECROPOLÍTICA E OS INVISÍVEIS DA CIDADANIA: AS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA E A PANDEMIA DA COVID-19 NO BRASIL

Lucas Gabriel Rodrigues Campos

Lúcia Maria de Sousa

Elles Albano de Aguiar Carneiro

Objetivos: analisar as políticas adotadas pelo Brasil para a contenção da disseminação das desigualdades na nossa sociedade, de maneira especial em tempos da pandemia da covid-19 e analisar se essas políticas transformam o poder em um necropoder e o Estado em NecroEstado.

Materiais e Métodos: a análise proposta aqui se tornou possível com base em uma investigação exploratória, conciliando a pesquisa bibliográfica com a experimentação social do contexto brasileiro de políticas públicas para os moradores de rua, realizando-se uma reflexão sobre as ideias de Biopoder de Michel Foucault e da Necropolítica de Achille Mbembe, em uma conjuntura onde também se faz presente o pensamento de Silvio Almeida, em Racismo Estrutural. Em um primeiro momento foi feita a pesquisa exploratória, tendo como base Michel Foucault (1975, 1976) e Achille Mbembe (2003), bem como em Silvio Almeida (2019) para, posteriormente, concatenar com a exploração da sociedade brasileira em tempos de pandemia, em pesquisa também exploratória de campo, como visita ao CENTRO POP e observações nos bairros das cidades de Pirapora e Várzea da Palma, em busca da situação em que se encontravam os sem teto. **Resultados:** a ausência de estruturas básicas, de políticas públicas como determina a Constituição Federal/88, construindo um quadro de precariedade, a acentuada pobreza e evidente exclusão social, definem-se como o cenário de uma violência institucional tendenciosa, por vezes racional. A miséria material e a privação de condições objetivas, para garantir condições básicas de higiene e isolamento social às pessoas em situação de rua, deixando-as à mercê da própria sorte, demonstram claramente a atuação de um necroestado e, por conseguinte, uma necropolítica. lançam o indivíduo em uma existência de morto-vivo. Foi o que aconteceu de forma gritante durante o período da covid-19 no Brasil. Para Foucault, o poder que atua em conformidade com a lógica binária de dominadores versus dominados, é um biopoder. Daí, surge a biopolítica, que nada mais é que o estabelecimento de um conjunto de estratégias de gestão dos viventes; mecanismos biológicos que passam a fazer parte das estratégias políticas: higiene, alimentação, sexualidade, natalidade, longevidade. O objeto da biopolítica: toda a dinâmica da população, seu corpo, sua saúde, suas ideias, sua subjetividade, sua vida. A divisão distinta, o transforma em necropoder, necroestado e, conseqüentemente, necropolítica, que é a política da morte adaptada pelo Estado. Este não é um episódio, não é um fenômeno que foge a uma regra: é a regra. **Conclusão:** O Brasil, embora com seu vasto território, diversidades e riquezas é um país onde predomina uma grande desigualdade, sendo um lugar onde a justiça social está longe de imperar, de maneira mais ostensiva com a população negra, normalmente a de mais baixa renda e maior dificuldade de acesso à educação.

Palavras-chave: Necropolítica. Invisíveis da Cidadania. Covid-19.

ABOMINÁVEL MUNDO NOVO: IMPLICAÇÃO DA AUSÊNCIA LEGISLATIVA FRENTE A RESPONSABILIZAÇÃO POR FAKE-NEWS E ALGORITMOS MALICIOSOS

Antônio José Alves Pereira
Yris Maria Nobre Rocha
Elles Albano de Aguiar Carneiro

Objetivo: analisar as implicações jurídico-democráticas decorrentes da inércia legislativa em regulamentar o ambiente digital, no que se refere à aplicação disseminação de *fake news* e o uso de algoritmos maliciosos. **Materiais e Métodos:** trata-se de pesquisa qualitativa e que consistiu em um estudo exploratório e documental. **Resultados:** a ausência de legislação sobre responsabilização por disseminação de *fake news* e uso de algoritmos maliciosos têm por objetivo determinar comportamentos sociais em massa, aumentando os danos no ambiente digital e conseqüentemente no mundo real. A falta de regulação cria um ambiente jurídico-político instável, evidenciado pela influência prejudicial de certos algoritmos na política contemporânea. O Marco Civil da Internet (Lei n.º 12.965/2014) foi um fundamental passo para a discussão desse importante tema, porém por si só não traz elementos que tutelam a proteção de direitos fundamentais cerceados diante dessas mazelas digitais, assim destaca-se a necessidade urgente de políticas públicas mais eficazes para prevenir tais impactos. Uma delas é a necessidade da criação de uma legislação específica para o ambiente virtual que representa um passo crucial para proteger os usuários da internet e garantir seu bem-estar em face desses desafios complexos. **Conclusão:** a vulnerabilidade dos usuários da internet diante das *fake news* e dos algoritmos, é uma questão crucial que precisa ser enfrentada. Nesse cenário, se faz necessário a atuação positiva do Estado a fim de garantir que os direitos fundamentais já respaldados no mundo fático também sejam tutelados no mundo digital.

Palavras-chave: Algoritmos. Responsabilidade estatal. Democracia.

INTERPRETAÇÃO DA NECROPOLÍTICA E A POSSÍVEL RELAÇÃO COM O ESTADO BRASILEIRO: CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS DE UM NECROESTADO EM FACE DE POLÍTICAS PÚBLICAS BRASILEIRAS

Caio Filipe de Lima

Elles Albano de Aguiar Carneiro

Objetivo: analisar a aplicação do conceito de necropolítica pelo Estado e identificar possíveis soluções para erradicar essa “política de morte” no contexto social brasileiro. **Materiais e Métodos:** trata-se de pesquisa qualitativa que consistiu em um estudo descritivo e explicativo. **Resultados:** a política criminal adotada pelo Estado brasileiro tornou-se cada vez mais draconiana, caracterizando-se pelo aumento das punições e pela legitimação e na criminalização das camadas mais desfavorecidas da sociedade, bem como mantém a gestão territorial das cidades, onde as populações pobres são confinadas como favelas e guetos que não possuem ordem jurídica e a violência policial é tolerada. Segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP, 2019), em 2018, houve 8.746 registros de mortes resultantes de intervenções policiais no Brasil. Os gastos com segurança pública aumentaram significativamente entre 1995 e 2018, refletindo a postura repressiva do Estado brasileiro. As vítimas da violência policial são predominantemente homens negros com até 29 anos e baixa escolaridade. Esses dados evidenciam que a violência estatal atinge principalmente os mais pobres e marginalizados, que também compõem a maioria da população carcerária do país. **Conclusão:** para combater a necropolítica no Brasil é crucial investir em educação, saúde e promover a justiça social e igualdade, além de responsabilizar criminalmente os responsáveis pela violência e discriminação.

Palavras-chaves: Violência estatal. Necropolítica. Estado de exceção. Desigualdades sociais. Política de morte.

DIREITO SUCESSÓRIO DO COMPANHEIRO NA UNIÃO ESTÁVEL *PÓS MORTEM*

Luiza Aracele Mateus
Renata Soares Vita
Elles Albano de Aguiar

Objetivo: investigar as leis que regulam o direito sucessório dos companheiros na união estável, abrangendo a evolução legislativa desde a Lei nº 8.971/94 e a Lei nº 9.278/96 até as disposições atuais no Código Civil de 2002. A pesquisa visa identificar as vulnerabilidades remanescentes no direito sucessório dos companheiros, apesar das tentativas legislativas de equiparação de direitos. **Materiais e Métodos:** revisão de literatura e pesquisa bibliográfica para análise dos dados relacionados ao tema proposto. Serão revisados textos legais, doutrinas e jurisprudências pertinentes para compreender os impactos das normativas legais e decisões judiciais na proteção dos direitos sucessórios dos companheiros em união estável, destacando lacunas e divergências existentes. **Resultados:** evidenciou-se as transformações jurídicas e sociais que influenciam as relações familiares contemporâneas no Brasil, fornecendo subsídios para reflexões críticas sobre a efetividade das legislações vigentes e propondo melhorias legislativas para garantir igualdade e justiça no âmbito sucessório. **Conclusão:** conclui-se que, apesar dos avanços legislativos na equiparação de direitos entre cônjuges e companheiros na união estável, ainda persistem desafios significativos que limitam a plena proteção dos direitos sucessórios dos companheiros. Propõe-se a necessidade de reformas legislativas que assegurem uma maior igualdade e justiça nas relações familiares, refletindo as demandas sociais contemporâneas.

Palavras Chaves: União estável. Direito sucessório. Transformações jurídicas.

QUEBRA DA CADEIA DE CUSTÓDIA: PARALELO ENTRE CONTROVÉRSIA E EFETIVIDADE

Aline de Campos Fagundes Marino
Eduardo Vinícius Pereira Barbosa

Objetivo: analisar a quebra da cadeia de custódia sob o prisma de efetividade e controvérsias. **Materiais e Métodos:** aplicação do método de abordagem bibliográfica, exploratória, descritiva, documental e na revisão sistemática de literatura, a partir da utilização de fontes como livros, artigos científicos e legislação. **Resultados:** a apresentação de provas periciais como meio de resolução e direção de determinados conflitos perante o sistema judiciário é um tema discutido no âmbito do sistema do Direito Penal brasileiro, visto que elas, além de servir como base para justificar um pedido de condenação, devem contribuir para o legítimo exercício do direito de defesa e influir na correta percepção do magistrado, servindo como motivação a suas decisões e a consecução da verdade processual. Neste contexto, o instituto que garante e protege a prova penal em todas as suas fases é a cadeia de custódia, cujo objetivo é assegurar a autenticidade do lastro probatório e contribuir para a consecução da verdade processual e da segurança jurídica. A cadeia de custódia está conceituada no Código de Processo Penal no artigo 158, incluído pela Lei nº. 13.964/2019, chamada de Lei do Pacote Anticrime. No entanto, quando não for devidamente aplicada e respeitada, a cadeia de custódia importará na ruptura de seus passos, ocasionando, assim, a impossibilidade de rastreamento das fontes de prova. Dessa forma, ocasiona o descumprimento aos mandamentos legais e constitucionais garantidores do devido processo legal. Porém, a mesma lei que a conceituou não regulou as consequências da quebra da cadeia de custódia. **Conclusão:** ainda parece haver divergências sobre esse tema, pois uma parte da doutrina reconhece que as provas ilícitas devem ser inutilizadas e, conseqüentemente, desentranhadas dos autos, e a outra parcela acredita que é necessária a idoneidade do elemento probatório, devendo a prova ilícita ser motivada pelo magistrado, evitando sua ilicitude.

Palavras-chave: Cadeia de custódia. Prova pericial. Pacote Anticrime.

TRANSMISSIBILIDADE DA HERANÇA DIGITAL HÍBRIDA NO BRASIL

Manoel Messias Andrade Batista de Marins
Washington Ferreira dos Santos Júnior
Eduardo Vinícius Pereira Barbosa

Objetivo: analisar o instituto da herança digital híbrida no enfoque da sua transmissibilidade em sede de sucessão. **Materiais e Métodos:** para consecução desse trabalho, aplicar-se-á o método de abordagem bibliográfica, exploratória, descritiva, documental, hipotético-dedutivo e na revisão sistemática de literatura, a partir da utilização de fontes como livros, artigos científicos e legislação. **Resultados:** é sabido que atualmente há uma identificação vasta de bens digitais, como por exemplo contas de e-mail, perfis em redes sociais, arquivos em nuvens, sites, fotos digitais e outros conteúdos armazenados de forma digital. Em certas circunstâncias, esses bens são meios através dos quais seus titulares utilizam para auferir renda, como nos casos de canais no YouTube, perfis no TikTok, Facebook, Instagram, entre outros. Ocorre que esses tipos de bens, na atual normativa do Código Civil, não estão regulados no direito, como os demais bens que compõem o patrimônio dos indivíduos. Por tal motivo, levanta-se problemática acerca da possibilidade de transmissão deste tipo de bem aos herdeiros, após abertura da sucessão, no sentido de ser ou não possível sua transmissão ou se são ou não bens do tipo intangível, como as marcas e patentes. Ademais, questiona-se se a herança digital deve ou não seguir as diretrizes existentes até então no Código Civil para os demais bens. **Conclusão:** a pesquisa indica que o tema ainda está em discussão, inclusive com propostas legislativas em trâmite no Congresso Nacional, que visam trazer o tema para o debate, a fim de que seja devidamente regulamentado. Torna-se essencial estabelecer diretrizes claras sobre a segurança jurídica e respeito ao direito dos herdeiros. No que tange a herança digital híbrida, deve-se considerar, tanto os interesses financeiros quanto os existenciais, reconhecendo a importância crescente dos bens digitais na vida das pessoas. Com a inclusão da herança digital no Código Civil, a legislação deve equilibrar a proteção da privacidade do falecido com os direitos dos herdeiros, definindo procedimentos para o acesso e a transferência desses bens, implementando um quadro jurídico mais completo, abordando assim todos os aspectos da vida contemporânea.

Palavras-chave: Bens digitais. Herança digital. Transmissibilidade de herança.

A RESPONSABILIDADE CIVIL DECORRENTE DA DESISTÊNCIA NO PROCESSO DE ADOÇÃO CIVIL

Clara Rhanielle Dias da Silva
Helton Aguiar Ferreira
Lucas Câmara de Assis

Objetivo: analisar a adoção sob a perspectiva da responsabilização civil decorrente do arrependimento e da desistência. **Materiais e Métodos:** foram empregados métodos de abordagem bibliográfica, exploratória, descritiva, documental e hipotético-dedutivo, além de uma revisão sistemática de literatura, utilizando como fontes de pesquisa artigos científicos dentro do tema proposto, e legislação vigente, bem como julgados disponíveis online para consulta pública. **Resultados:** a adoção no Brasil, um instituto jurídico em constante evolução desde a época colonial, é hoje regida por um conjunto de normativas contidas no Código Civil, no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e na Constituição Federal. Essas regulamentações visam garantir o melhor interesse dos jovens, destacando o papel da coletividade, do Estado, da família e da sociedade nesse processo. **Conclusão:** concluiu-se que, paralelamente às questões legais, surge a discussão sobre a responsabilização civil nos casos em que um potencial adotante desiste do processo. Enquanto alguns doutrinadores argumentam que essa desistência pode causar danos psicológicos à criança, outros questionam se o arrependimento em adotar deveria ser considerado um direito do adotante.

Palavras-chave: Adoção. Direito ao arrependimento. Responsabilidade civil.

GUARDA UNILATERAL EM CASOS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Taiany Aparecida da Silva Ferreira
Julyanderson Fabrício Alves de Sena
Lucas Câmara de Assis

Objetivo: estudar a aplicabilidade da guarda unilateral em casos de violência doméstica contra a mulher no Brasil. **Materiais e Métodos:** pesquisa bibliográfica, de viés exploratório, e do método dedutivo e descritivo. **Resultados:** A Lei 14.713/2023 foi publicada no diário oficial em 31/10/2023 e já está em vigor e proíbe a fixação da guarda compartilhada em casos de violência doméstica e familiar. A referida norma alterou o § 2º, do artigo 1.584 do Código Civil, a fim de estabelecer o risco de violência doméstica como causa impeditiva do exercício da guarda dos filhos. Desta forma, havendo elementos que evidenciem a probabilidade de risco de violência doméstica ou familiar, não poderá o genitor praticante da violência exercer a guarda compartilhada do filho. **Conclusão:** Percebe-se que a violência doméstica afeta as crianças menores de diferentes maneiras, deixando marcas que vão depender de diversas circunstâncias. A idade do sujeito ao presenciar essa situação, a frequência dos episódios, o tipo de violência e a relação que ele tem com o agressor são alguns exemplos de fatores que podem determinar as consequências dessa vivência para os envolvidos. Acredita-se que as interações familiares refletem nos outros espaços da sociedade e que a intensidade da exposição das crianças aos diversos tipos de violências afetará de diferentes maneiras os comportamentos dos envolvidos.

Palavras-chave: Guarda unilateral. Violência doméstica e familiar. Crianças e adolescentes.

DOAÇÃO E TRANSPLANTE DE ÓRGÃOS: TRIAGEM DE PACIENTES À LUZ DA LEI N.º 9.434/97

Antônio Vieira da Fonseca Filho
Lucas Câmara de Assis

Objetivo: analisar como ocorre a triagem de pacientes à luz da Lei 9.434/97 e a sua contribuição para a doação e transplantes de órgãos. **Materiais e Métodos:** trata-se de uma revisão bibliográfica da literatura, sobre os aspectos éticos e legais envolvidos nos transplantes de órgãos e tecidos no Brasil, sob a Lei n. 9.434/97. Serão selecionados estudos publicados nos últimos 10 anos, que abordarem o tema específico, que estejam escritos em português ou inglês, que envolvam apenas seres humanos e que estejam com texto completo disponível. Não havendo restrição quanto aos desenhos metodológicos utilizados em suas elaborações. **Resultados:** o transplante de órgãos vem crescendo de forma significativa nos últimos anos, trazendo esperança a quem tem a cirurgia como única alternativa para manter-se vivo. No entanto, essa espera torna-se por vezes cansativa devido à longa fila de espera, chegando o paciente inclusive a falecer antes de receber o órgão de que necessita. Isso ocorre devido à baixa no número de órgãos disponíveis para atender a grande demanda. Para tornar-se um possível doador, é necessário ter o diagnóstico de morte encefálica confirmado. **Conclusão:** o tema, por envolver assuntos éticos e religiosos, torna-se polêmico, e a falta de informação sobre o assunto impede o crescimento dos índices. Pensando em regulamentar a doação, em 1997, o Congresso Nacional aprovou a criação de uma lei específica sobre o assunto, a Lei 9.434 – Lei dos Transplantes. A Lei sofreu alterações com o passar dos anos até a atualidade, porém aumentou também os crimes relacionados a esse tema, o que transformou os órgãos e tecidos em mercadorias para geração de lucro aos mais gananciosos.

Palavras-chave: Transplante de órgãos. Biodireito. Filas de espera.

RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO POR DANO MORAL NA PRISÃO ILEGAL

Alexandre Oliveira Martins dos Santos
Lucas Câmara de Assis

Objetivo: estudar sobre os delineamentos da responsabilidade civil por danos morais, em casos de erro judiciário, em processo penal. **Materiais e Métodos:** a pesquisa bibliográfica em artigos e citações sobre o tema proposto, tendo como fonte, as doutrinas jurídicas obtidas, por meio da utilização dos bancos de dados da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD); do Catálogo de Teses e Dissertações no portal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e; da *Scientific Electronic Library Online* (SciELO). **Resultados:** o Poder Judiciário serve ao propósito de promover a aplicação das leis vigentes, em casos específicos, com o objetivo de solucionar conflitos. Sendo assim, é impossível separar o papel do judiciário do conceito de justiça, pois, ao aplicar o direito pátrio a um caso concreto, é necessário analisar todas as provas para se chegar ao mais próximo possível da verdade dos fatos. **Conclusão:** conclui-se que, para cumprir seu papel de salvaguarda dos direitos fundamentais, o juiz deve estar acima de qualquer forma de pressão ou manipulação política, a fim de manter sua imparcialidade, minimizando os riscos de decisões errôneas influenciadas por pressões externas.

Palavras-chave: Responsabilidade Civil do Estado. Dano moral. Erro judicial penal.

RESPONSABILIDADE CIVIL: POSSIBILIDADE DE INDENIZAÇÃO POR ABANDONO AFETIVO

Evellyn Polyane Fonseca Rodrigues
Mariana Rafaela Silva Santos
Thais Guimarães Mendes

Objetivo: investigar a possibilidade de responsabilização do genitor quanto ao abandono de seus filhos, especificamente analisando o dever de cuidado dos pais em relação aos filhos no amparo legislativo, os elementos da responsabilidade civil e se estes se fazem presentes nas situações de abandono afetivo paterno, e verificar a partir da análise de entendimentos de origem de Tribunais Superiores brasileiros, como tem sido a situação enfrentada pelo Judiciário, sobretudo quanto à possibilidade de indenização por dano moral decorrente do abandono afetivo. **Materiais e Métodos:** classifica-se como uma pesquisa qualitativa, em que consiste um estudo descritivo e explicativo. **Resultados:** comprova-se que o abandono afetivo viola os princípios da dignidade da pessoa humana, da solidariedade familiar, da afetividade e, com isso, a responsabilidade civil. **Conclusão:** constata-se que os tribunais superiores atualmente têm o entendimento de que é possível a indenização por abandono afetivo, desde que fique provado que, no caso concreto, houve situações que comprometeram a personalidade da criança. Entende-se que o genitor tem a obrigação de cumprir com o dever material da criança, mas, quando a falta de afeto gera dano à personalidade da criança e esse dano é provado pela parte autora, abarca consigo a responsabilidade civil indenizatória sobre o genitor, visto que a sua falta comprometeu a vida do seu filho.

Palavras-chave: Responsabilidade Civil. Abandono Afetivo. Abandono Paterno. Indenização.

O PAPEL DAS PERÍCIAS PSICOLÓGICAS NOS PROCESSOS DE ALIENAÇÃO PARENTAL

Anajá Adane da Conceição Oliveira Campos

Marco Aurélio Oliveira de Almeida

Thais Guimarães Mendes

Objetivo: analisar a (in)eficácia da perícia psicossocial na identificação da alienação parental no âmbito de ações judiciais, bem como verificar de que modo tais perícias são legalmente previstas a ocorrerem para atingir a proteção dos interesses das crianças e adolescentes, vítimas desse imbróglio. **Materiais e Métodos:** a metodologia utilizada é de cunho descritivo, qualitativo e bibliográfico da atuação das perícias psicológicas diante dos casos da Alienação Parental (AP). **Resultados:** A investigação da alienação parental não é uma tarefa simples, mesmo para um magistrado experiente, sendo sempre crucial contar com a ajuda de profissionais de diversas áreas, como psicólogos, assistentes sociais, entre outros, a fim de obter um laudo mais preciso sobre a existência ou não da alienação parental (VENOSA, 2011). A legislação brasileira determina que os casos de suspeita de alienação parental sejam avaliados por uma equipe multidisciplinar que é composta por profissionais habilitados e capacitados, tal como determina a Lei nº 12.318/2010, no caso de suspeita de prática de alienação parental, em ação independente ou incidental, o juiz pode ordenar uma avaliação psicológica abrangente ou biopsicossocial, se necessário. Conforme estabelecido no artigo 5º da Lei 12.318/2010, a perícia multidisciplinar deve ser extensiva e minuciosa, contemplando requisitos essenciais para garantir a confiabilidade do parecer técnico, tais como: entrevistas individuais e conjuntas com as partes envolvidas, análise dos documentos apresentados nos autos, investigação da história de relacionamento entre os litigantes e das características pessoais dos envolvidos, além da avaliação da criança ou adolescente e sua relação com os genitores. É relevante destacar que a alienação parental é considerada por Rocha (2019, p. 67) como “um fenômeno relativamente recente, ainda em fase de reconhecimento, nomenclatura e estudo, muitas vezes sendo difícil sua comprovação”. **Conclusão:** embora exista uma legislação específica no Brasil que defina a AP, ainda há falta de consenso em relação aos critérios e indicadores para sua identificação pelos profissionais da área. A dissonância da Lei nº 12.318/10, como também da dificuldade do Poder Judiciário comprovar de fato o ato de alienação, e a falta de preparo dos profissionais peritos para a comprovação do ato ilícito, não garantem a proteção das crianças e adolescentes.

Palavras-chave: Alienação parental. Perícias. Psicossocial. Criança e adolescente.

A POSSIBILIDADE DE RESPONSABILIZAÇÃO POR DANOS AO PROJETO DE VIDA NO BRASIL: ANÁLISE A PARTIR DO CASO CANTORAL BENEVIDES VS. PERU E DO CASO LOAYZA TAMAYO VS. PERU

Ellen Iara Borges Durães
Guilherme Queiroz Borges
Thais Guimarães Mendes

Objetivo: analisar a previsão e os desafios da responsabilização por danos ao projeto de vida no contexto jurídico brasileiro, à luz do direito comparado e com foco nas decisões da Corte IDH nos casos Cantoral Benavides vs. Peru e Loayza Tamayo vs. Peru.. **Materiais e Métodos:** foram adotados procedimentos de pesquisa bibliográfica e estudo de casos, com análise de publicações, leis e sentenças da Corte IDH, tendo como parâmetro a jurisdição internacional e a legislação brasileira. **Resultados:** apurou-se a possibilidade de proteção ao projeto de vida no Brasil, com reconhecimento de sua autonomia fundamentada no instituto da responsabilidade civil, que oferece capacidade reparatória em casos de danos ao projeto de vida de indivíduos. A análise da legislação vigente foi crucial, permitindo uma avaliação crítica das lacunas e desafios para a efetivação dos direitos humanos, especialmente no que se refere à proteção do projeto de vida. Essa análise foi viabilizada devido ao reconhecimento, pelo Brasil, da competência contenciosa da Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH). **Conclusão:** verificou-se, a partir da legislação vigente e dos julgados dos Tribunais Superiores Brasileiros, a viabilidade da tutela jurídica do projeto de vida no Brasil e reconhecimento da autonomia conceitual deste dano no âmbito da responsabilidade civil.

Palavras-chave: Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH). Dano ao Projeto de Vida. Responsabilidade Civil.

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER: (IN)EFETIVIDADE DA LEI MARIA DA PENHA DIANTE DA FALTA DE INFORMAÇÃO E DA CARÊNCIA DE INSTRUMENTALIZAÇÃO DOS MECANISMOS PREVISTOS NA LEI

Ariadny Alves Alencar
Thales Gabriel Dias Nascimento
Thais Guimarães Mendes

Objetivo: verificar a (in)efetividade dos mecanismos de proteção elencados na Lei nº 11.340, bem como analisar se a sociedade em geral tem conhecimento do dispositivo legal a fim de se resguardar sobre todos os tipos de violência previstas. **Materiais e Métodos:** foram usadas a pesquisa bibliográfica, bem como as informações públicas acerca da Violência Doméstica retiradas de sites governamentais que possibilitaram a análise e averiguação da proposta. **Resultados:** em detida análise dos dados levantados, percebe-se que mesmo após 18 anos de vigor da referida lei, muitas vítimas ainda desconhecem os tipos de violações previstas nessa, bem como não tem o devido estímulo para oferecer a denúncia/representação em face do agressor, haja vista que não conhece os meios necessários, ou, na maioria dos casos, teme a represália proveniente da busca por seu direito. **Conclusão:** conclui-se que os 46 artigos da Lei Maria da Penha (LMP) causaram uma verdadeira transformação na abordagem da violência doméstica, apresentando uma visão conceitual, inovadora e procedimental para lidar com a crescente e preocupante violência na sociedade. No entanto, para poder atingir seu objetivo, o Estado ainda necessita dar fiel cumprimento a todos os dispositivos elencados na Lei, bem como investir em capacitação aos serventuários da justiça e em políticas públicas de ampla divulgação para que ela possa ser capaz de promover a diminuição do número alarmante de casos de violência doméstica.

Palavras-chave: Violência Doméstica. Lei Maria da Penha. (In)efetividade.

ASPECTOS LEGAIS E DESAFIOS DA ADOÇÃO PARA GARANTIA DOS DIREITOS DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Amarildo Machareth
Mariane Silva Agapito
Thais Guimarães Mendes

Objetivo: investigar os fatores de dificuldade para a adoção, sobretudo quanto à adoção tardia, bem como examinar como este contexto ocasiona em violação aos direitos da criança e do adolescente.. **Materiais e Métodos:** será utilizado método de pesquisa bibliográfica, a partir da análise de livros, artigos científicos e legislações pertinentes ao tema. **Resultados:** a adoção, instituto jurídico previsto na Constituição Federal de 1988 e no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), visa proporcionar a crianças e adolescentes em situação de risco ou abandono a oportunidade de ter uma família e um lar. No entanto, um elevado número de crianças e adolescentes permanecem em abrigos por longos períodos, prejudicando seu desenvolvimento pessoal e contribuindo para a violação dos seus direitos e garantias fundamentais. **Conclusão:** verifica-se que, a fim de tornar o processo de adoção mais célere, bem como efetivar e reduzir a fila de adoção no Brasil, é de suma importância que as famílias adotantes tornem-se menos seletivas em relação ao adotado, e que o Estado possa tornar-se menos burocrático, para a partir deste, tornando a adoção um direito para todos aqueles aptos de forma socioeconômica a adotar e assegurar a prática dos direitos e deveres do adotado, garantir um número maior de crianças incluídas em novas famílias.

Palavras-chave: Adoção. Violação. Direitos e garantias fundamentais.

CRIMES CONTRA A HONRA PRATICADOS NO AMBIENTE VIRTUAL

Luís Gustavo Pereira Morais
Matheus Alves da Silveira
Thais Carolina Sousa Guedes

Objetivo: objetivo geral deste estudo é verificar a (in)eficácia das atuais leis que vigoram no ordenamento jurídico brasileiro referentes aos crimes contra a honra cometidos na internet, avaliando se estas são suficientes para lidar com as peculiaridades do ambiente virtual. **Materiais e Métodos:** baseia-se em revisões bibliográficas abrangentes, envolvendo doutrinas especializadas no tema, artigos científicos pertinentes, análise de jurisprudências dos tribunais superiores e coleta de dados relevantes. **Resultados:** a partir do crescente número de usuários em meios digitais, a incidência de crimes contra a honra também teve aumento. A evolução do ambiente virtual fez com que se tornasse o meio propício para delitos e modalidades criminosas. Para lidar com essa realidade, o Brasil tem buscado adaptar sua legislação e jurisprudência às demandas do ambiente virtual. O Marco Civil da Internet (Lei no 12.965/2014) é uma das principais leis que regulamenta o uso da internet no país. Ele estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da internet no Brasil, incluindo disposições sobre a responsabilidade dos provedores de internet e das plataformas online. O STF e os demais tribunais superiores têm observado e votado acerca da competência, chegando ao entendimento que o fato de serem crimes cometidos de maneira virtual, em meio às redes sociais e perante a sociedade que ali se encontra, é um fato agravante do delito. **Conclusão:** a pesquisa demonstra que, para garantir a proteção eficaz dos direitos de honra no ambiente virtual, é necessário um esforço contínuo de atualização e aprimoramento das leis e dos mecanismos de fiscalização. Isso envolve não apenas a criação de novas legislações, mas também a adaptação das existentes. Além disso, a capacitação dos órgãos judiciais e a colaboração internacional são fundamentais para enfrentar a natureza transnacional dos crimes cibernéticos.

Palavras-chave: Crimes contra a honra. Ambiente virtual. Internet.

DIREITO À EDUCAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES DIAGNOSTICADOS COM AUTISMO

Carla Poliane dos Santos De Freitas
Juliana Teles de Castro
Thais Carolina Sousa Guedes

Objetivo: analisar o direito à educação de alunos diagnosticados com o transtorno do espectro autista, buscando, pois, compreender se essa garantia está sendo observada pelas instituições de ensino regular de Minas Gerais, bem como o entendimento jurisprudencial a esse respeito.

Materiais e Métodos: o desenvolvimento da pesquisa se baseará na aplicação do método de abordagem dedutivo e na revisão integrativa, a partir da utilização de fontes como livros, normas, artigos científicos e jurisprudências. **Resultados:** este estudo abordou as particularidades relacionadas à garantia do direito à educação da criança autista, buscando embasar os argumentos necessários para assegurar sua efetiva implementação. Isso exigiu uma análise crítica sobre a base constitucional desse direito. A educação da criança autista requer uma abordagem multidisciplinar para garantir seu bem-estar e desenvolvimento. Não basta apenas oferecer educação; é crucial que o serviço prestado seja de qualidade, o que exige uma análise que vá além das questões jurídicas relacionadas ao modelo de inclusão escolar.

Conclusão: concluiu-se, portanto, que ao expor a realidade enfrentada por essas crianças devido à falta de ação dos órgãos públicos, destaque a urgência do tema e a necessidade de debate. Além disso, espera-se que contribua para uma análise mais aprofundada dos aspectos jurídicos relacionados à garantia do direito à educação da criança autista, com o intuito de esclarecer e, possivelmente, promover uma melhor atuação do Poder Judiciário.

Palavras-chave: Autismo. Criança e adolescente. Direito à educação.

LIBERDADE DE EXPRESSÃO VS DISCURSO DE ÓDIO: UMA ANÁLISE DA APOLOGIA AO NAZISMO FRENTE AO CASO MONARK

Aline Gabrielly Rodrigues De Santana
Ênia Cristina Fonseca Rabelo Magalhães
Thais Carolina Sousa Guedes

Objetivo: analisar o limite entre a liberdade de expressão e o discurso de ódio com base a uma análise da apologia ao nazismo frente ao caso Monark. **Materiais e Métodos:** trata-se de pesquisa bibliográfica para se obter uma melhor compreensão do tema relacionada as questões éticas, legais e sociais relacionadas à apologia ao nazismo e ao discurso de ódio nas redes sociais. **Resultados:** os resultados da pesquisa evidenciam a necessidade urgente de uma legislação mais rigorosa sobre a liberdade de expressão nas redes sociais, especialmente em relação à apologia ao nazismo e ao discurso de ódio. A reforma do Código Civil é imprescindível para garantir que a liberdade de expressão, embora fundamental, não seja exercida de maneira irresponsável, evitando danos à esfera individual e assegurando a responsabilização civil adequada. **Conclusão:** com a proliferação das redes sociais, o cenário atual apresenta desafios complexos em relação a responsabilização civil quanto aos danos causados pelos usuários no uso da liberdade de expressão e a disseminação do discurso de ódio. Diante do exposto, se faz necessário a criação de uma legislação mais severa quanto o exercício da liberdade de expressão que, embora seja um direito fundamental assegurado a todos, não pode ser exercido de forma temerária, ao ponto de atingir a esfera individual de outras pessoas.

Palavras-chave: Liberdade de expressão. Discurso de ódio. Redes sociais.

ACIDENTE DE TRABALHO E DOENÇA OCUPACIONAL: UMA ANÁLISE DA RESPONSABILIDADE CIVIL DO EMPREGADOR NOS CASOS DE JORNADA DE TELETRABALHO

Santiago Conceição Albano
Thais Carolina Sousa Guedes

Objetivo: identificar a responsabilidade civil do empregador no que se refere à saúde e à segurança do trabalhador na modalidade de teletrabalho. **Materiais e Métodos:** foi realizada uma pesquisa bibliográfica de caráter exploratório, por meio do método dedutivo, amparada em doutrina atual e clássica, bem como livros, artigos científicos e materiais disponíveis em sites jurídicos. **Resultados:** o estresse devido à grande estipulação e controle de prazos para realização das atividades influenciam a inobservância da jornada de trabalho, tornando-se, assim, um dos grandes responsáveis pelo surgimento de transtornos psicológicos e físicos, podendo dar ensejo a doenças como a ansiedade, a depressão, os transtornos sociais, fobias, dores de cabeça e até mesmo problemas relacionados ao sono. Bem como, a inobservância dos padrões ergonômicos, a exposição a temperaturas inadequadas, fadiga ocular, ruído, são fatores causadores de danos a médio e longo prazo ao empregado. A responsabilidade civil também incide nas relações trabalhistas, sendo comum que decorra da situação de vulnerabilidade do empregado frente ao empregador. Em razão de no teletrabalho o empregado não estar sob acompanhamento presencial e contínuo do empregador, exige-se cuidados específicos para se evitar acidentes de trabalho ou doenças ocupacionais. **Conclusão:** tendo em vista a grande quantidade de empregadores e trabalhadores que aderiram a essa modalidade de emprego, surgiram intensos debates acerca dos aspectos legais que circundam essa relação contratual, bem como a necessidade de readequação da legislação brasileira, a fim de sanar as várias omissões legislativas.

Palavras-chave: Acidente de Trabalho. Doença Ocupacional. Responsabilidade civil. Teletrabalho.

VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES TRANS: UMA ANÁLISE DE DADOS

Júlia Aymara Santos Silva
Paulo Victor dos Santos Bispo
Thais Carolina Sousa Guedes

Objetivo: aprofundar a compreensão sobre a violência que afetam as mulheres trans no Brasil, incluindo violência doméstica, crimes de ódio, agressões físicas e psicológicas, examinar as experiências e obstáculos que essas mulheres enfrentam, enfatizando a interseção entre a identidade de gênero e outras formas de opressão e descobrir como a violência ocorre, quais problemas estruturais a causam e quais soluções podem ser usadas para promover a inclusão e proteção das mulheres trans no Brasil. **Materiais e Métodos:** para a realização do trabalho será adotada como metodologia a pesquisa dedutiva, qualitativa, além de pesquisa bibliográfica em doutrinas, artigos, legislações pautada em considerações de dados da violência contra mulheres transexuais no Brasil realizando uma revisão de literatura. **Resultados:** O Dossiê Antra/2024 revela um cenário preocupante de violência sistemática contra mulheres trans no Brasil, evidenciando a urgência de intervenções específicas. Segundo os dados, houve um aumento significativo nos casos de agressões físicas, assassinatos e discriminação institucional, destacando a vulnerabilidade extrema dessas mulheres. A pesquisa indica que a maioria das vítimas é jovem, negra e de baixa renda, enfrentando múltiplas formas de exclusão. **Conclusão:** a análise da violência contra mulheres trans no Brasil revela uma necessidade urgente de políticas públicas inclusivas e ações educativas para combater o preconceito e promover a igualdade. Apenas através da conscientização e da implementação de medidas efetivas será possível garantir segurança, dignidade e respeito às mulheres trans no Brasil.

Palavras-chave: Violência de Gênero. Mulheres Trans. Discriminação. Identidade de Gênero.

DISCRIMINAÇÃO RACIAL E VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS NA INVESTIGAÇÃO CRIMINAL

Fernanda Neri e Silva
Vithoria Rocha de Almeida
Thais Carolina Sousa Guedes

Objetivo: apresentar e instigar a compreensão dos métodos de filtragem racial em captações e abordagens constrangedoras cometidas por agentes do Estado contra pessoas negras, bem como analisar se a implementação do juiz de garantias pode servir como instrumento para minimizar a discriminação racial. **Materiais e Métodos:** trata-se de pesquisa bibliográfica e análise de dados obtidos através de pesquisas já realizadas sobre racismo e sistema de justiça criminal. **Resultados:** nas análises e observações feitas na investigação policial como um todo é possível observar que com o passar dos anos foi sendo criada uma cultura racial e classista nas atividades policiais, mediante abordagens e revistas excruciantes. O levantamento também mostra que a violência da polícia nessas abordagens aumentou nas últimas duas décadas. Com a entrada em vigor da Lei 13.964/2019, conhecida popularmente como “Lei Anticrime”, foi inserido no ordenamento jurídico a figura do Juiz das Garantias. A medida cria um juiz especificamente para atuar na fase de inquérito. Ele busca garantir que o inquérito seja eficiente e atenta para que os direitos individuais dos investigados não sejam violados durante a fase pré-processual. **Conclusão:** o juiz das garantias é figura essencial dentro em um sistema processual acusatório, já que ele reforça a imparcialidade do juiz sentenciante mantendo-o distante da fase de investigação preliminar da persecução penal e, além disso, corrobora com o Estado Democrático de Direito respeitando as diretrizes constitucionais vigentes.

Palavras-chave: Investigação criminal. Direitos Humanos. Direitos do investigado. Violação.

DIREITO E NÚCLEOS DE PRÁTICAS JURÍDICAS: SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA JURÍDICA PARA OS HIPOSSUFICIENTES

Eliane Rodrigues Marangon Ribeiro
Laura Mendes Matos

Objetivo: estudar o papel dos Núcleos de Práticas Jurídicas referente ao atendimento do público em vulnerabilidade social. **Materiais e Métodos:** a pesquisa se mostrará de caráter qualitativo e explicativo, com abordagem da temática descritiva através de estudo sobre as informações coletadas acerca da contextualização da vulnerabilidade social e do acesso à justiça. **Resultados:** a Justiça, enquanto objeto da ciência do Direito, bem como outros campos do conhecimento, tal como a Filosofia, ética, moral e religião se tratam, de acordo com Lumer (2005), de um Estado em que as relações sociais estão equilibradas imparcialmente entre interesses, riquezas e oportunidades. Esse pressuposto entende o Direito como parâmetro balizador desse equilíbrio, originando-se costumes e sendo positivados como normas. No Brasil, a materialização desses princípios se dá nos direitos e garantias fundamentais, dispostos no artigo 5º a 17º da Constituição Federal da República do Brasil de 1988. **Conclusão:** Nesse contexto, os Núcleos de Práticas Jurídicas (NPJ) instituídas na portaria do Ministério da Educação Nº 1.886/94 como requisito de formação prática do acadêmico surgem como uma opção para garantir o acesso à justiça para os menos favorecidos. À exemplo da FACFUNAM, que presta serviços às pessoas de baixa renda tanto na esfera judicial quanto na esfera extrajudicial através do instituto da mediação. Os NPJ possuem papel preponderante no acesso à justiça, e proporcionam dupla vantagem, onde o acadêmico encontra com a experiência prática que contribui com a formação de um profissional com responsabilidade social e o cidadão em vulnerabilidade encontra o acesso ao judiciário, ocasionando por reflexo a mitigação das desigualdades, expressa na Constituição Federal.

Palavras-chave: Acesso à Justiça. Vulnerabilidade Social. Núcleos de Práticas Jurídicas.

UNIÃO ESTÁVEL SIMULTÂNEA: UMA ANÁLISE PRÁTICA DO CASO GUGU LIBERATO

Cláudia Maria Oliveira da Silva
Érika Thaís Miranda Pereira
Laura Mendes Matos

Objetivo: analisar a possibilidade de reconhecimento de união estável simultâneas, no caso Gugu Liberato e seus efeitos jurídicos e patrimoniais. Verificar as possibilidades de reformas legais que reconheçam os direitos e obrigações de cada companheiro de forma clara e justa.

Materiais e Métodos: busca-se analisar no presente tema a necessidade de aprofundar o entendimento acerca da União Estável sob a ótica do princípio da dignidade da pessoa humana.

Resultados: o caso do apresentador Gugu abre portas para a elucidação dos novos cenários familiares existentes, uma vez que traz consigo diversos requisitos que podem ensejar em um ou outro modelo familiar. Por um lado, há um contrato de coparentalidade e um testamento excluindo a pretensa companheira como herdeira. Por outro lado, existe a tese de inconstitucionalidade do artigo 1.790 do CC (Brasil, 2002), que equipara a companheira como mulher em casos de herança. A família de Gugu defende que o relacionamento do apresentador com a mãe dos seus filhos era meramente fraternal, trazendo como prova a existência de um contrato como um dos requisitos que diferenciam a união estável da coparentalidade.

Conclusão: ao estudar o caso de Gugu Liberato, pode-se compreender os desafios enfrentados por casais em união estável e como isso impacta em suas vidas, social e emocionalmente. Esta pesquisa fornece informações valiosas sobre a união estável, contribuindo para possíveis reformas ou melhorias no sistema jurídico. O caso Gugu Liberato tem atraído muita atenção da mídia e do público, sendo importante fornecer uma análise fundamentada e imparcial sobre a situação.

Palavras-chave: Direito Civil. Direito de Família e Sucessão. União estável simultânea.

DIREITO E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL: UM ESTUDO SOBRE SUCESSÃO DA HERANÇA DIGITAL POR MEIO DA CAMPANHA DA VOLKSWAGEN – 2023

Priscila Martins Guedes
Rafael Fagner Lima
Laura Mendes Matos

Objetivo: verificar a aliança entre Direito e Inteligência Artificial por meio do estudo sobre sucessão da herança digital através da campanha da Volkswagen utilizando a imagem de Elis Regina em 2023. **Materiais e Métodos:** os procedimentos metodológicos adotados constituíram na pesquisa bibliográfica e documental, recorrendo a fontes de caráter qualitativo, entre elas, legislações brasileiras e a campanha da Volkswagen utilizando a imagem de Elis Regina em 2023. **Resultados:** a pesquisa destaca a herança digital e o uso da imagem pós-morte, focando na campanha da Volkswagen que utilizou a imagem de Elis Regina, sob a perspectiva da intersecção entre direito e inteligência artificial. Especificamente, investiga o caso de Elis Regina, os bens digitais e a herança digital de uma pessoa falecida, considerando a proteção da imagem da pessoa falecida e seu uso nas redes sociais. Além disso, o estudo discute os apontamentos éticos relacionados ao comercial envolvendo Elis Regina e as dificuldades regulatórias no uso de tecnologias de inteligência artificial. Essas dificuldades incluem a complexidade de legislar e regular o uso de IA, especialmente no que tange ao respeito aos direitos e à ética em relação à imagem e herança digital de indivíduos falecidos. **Conclusão:** da análise da sucessão da herança digital, a pesquisa destacou a importância crescente dos ativos digitais na sociedade contemporânea e os desafios regulatórios associados a esses novos bens, durante a pesquisa identificamos os seguintes projetos de lei em tramitação no congresso: nº 2.630/2020, nº 3.592/2023 e nº 2.338/2023 que trazem em sua formulação tratativas no sentido de regulamentar o uso e aplicação da tecnologia, com o objetivo de encontrar um equilíbrio entre controle e liberdade de atuação para pessoas e empresas.

Palavras-chave: Direito Digital. Direito de Sucessão. Inteligência Artificial. Herança Digital. Campanha da Volkswagen.

A ILEGALIDADE DO CONTRATO DE TRABALHO INTERMITENTE E A PRECARIZAÇÃO DOS DIREITOS DOS TRABALHADORES

Aryelle Duarte Alves
Diogo Henrique Chaves Pereira
Laura Mendes Matos

Objetivo: analisar e discutir a legislação sobre o trabalho intermitente no Brasil, especialmente a Lei nº 13.467/17, e identificar as lacunas que precarizam os direitos laborais dos trabalhadores. Os objetivos específicos incluem: Apresentar a evolução normativa e doutrinária do contrato de trabalho intermitente. Discutir o trabalho intermitente em termos normativos e doutrinários, destacando a restrição de direitos e a violação dos princípios dos trabalhadores. Analisar o entendimento jurisprudencial (STF, TST, TRT-3) acerca do contrato de trabalho intermitente. **Materiais e Métodos:** a pesquisa é de natureza exploratória, dedutiva e bibliográfica. Utilizou-se a metodologia teórico-dogmática, com uma revisão da literatura especializada, incluindo doutrinas, legislações e jurisprudências. **Resultados:** os resultados indicam que o contrato de trabalho intermitente, conforme definido pela Lei nº 13.467/17, introduz características que precarizam os direitos dos trabalhadores, como a falta de remuneração mínima garantida e a imprevisibilidade do trabalho. Análises jurisprudenciais mostram divergências na aplicação e interpretação da legislação, com decisões que ora reconhecem a precarização dos direitos, ora defendem a segurança jurídica e a flexibilidade trazidas pelo regime intermitente. **Conclusão:** o estudo conclui que, embora o trabalho intermitente tenha sido introduzido com o objetivo de modernizar as relações trabalhistas e reduzir o desemprego, na prática, tem levado à precarização dos direitos dos trabalhadores. As lacunas na legislação e a falta de regulamentação adequada resultam em insegurança jurídica e redução de garantias fundamentais, evidenciando a necessidade de revisões legislativas para assegurar a proteção dos direitos laborais.

Palavras-chave: Legislação Trabalhista. Trabalho Intermitente. Lei nº 13.467/17.

A TEORIA DO DESAMOR: A RESPONSABILIDADE CIVIL POR ABANDONO AFETIVO

Rosana Aparecida Barbosa da Rocha Chamone
Samara Sheise de Jesus Silva Lucena
Laura Mendes Matos

Objetivo: estudar o cabimento da responsabilização civil dos pais, em face do abandono afetivo dos filhos, por análise da teoria do desamor. Esse abandono, é a omissão dos pais ao dever de cuidado, previsto na Constituição Federal de 1988. **Materiais e Métodos:** trata-se de pesquisa qualitativa, permitindo a exploração profunda dos aspectos subjetivos e complexos desse abandono. Os dados coletados são por meio de análise abrangente, incluindo, jurisprudências, doutrinas, artigos e bibliografias. **Resultados:** esse tema, tem sido amplamente debatido no ordenamento jurídico brasileiro, devido a importância das relações familiares e do melhor interesse da criança e do adolescente. O cabimento da reparação civil ainda não está pacificado nos tribunais, porém, existem julgados no STJ favoráveis à responsabilização dos pais pela omissão desse dever vital para o crescimento saudável do filho. **Conclusão:** o abandono afetivo é uma violação grave aos direitos fundamentais da criança e do adolescente, podendo causar sérios prejuízos emocionais e relacionais que afetam a sua existência. Diante disso, se faz necessário punir a prática, evitando novos casos, visando a valorização do afeto e da dignidade da pessoa humana nas relações parentais, como direitos indispensáveis ao pleno desenvolvimento dos filhos.

Palavras-chave: Responsabilidade civil. Abandono afetivo. Direito de Família. Teoria do desamor.

ALIENAÇÃO PARENTAL À LUZ DA LEI Nº 12.318/2010

Aline Marques Campos
Felipe Davi Freitas Batista
Laura Mendes Matos

Objetivo: avaliar as repercussões jurídicas da Lei nº 12.318/2010 na alienação parental. **Materiais e Métodos:** para tanto, far-se-á uma análise crítica da Lei nº 12.318/2010, bem como da jurisprudência e doutrina relacionadas ao tema. Assim, a pesquisa utilizará o método dedutivo e revisão integrativa com base em fontes como livros, normas jurídicas, artigos científicos e precedentes judiciais. **Resultados:** esta lei instituiu importantes medidas para prevenir e combater este problema, reconhecendo a alienação parental como forma de abuso psicológico e violação dos direitos fundamentais das crianças e adolescentes. Como afirmam Dias (2018) e Figueiredo (2013), essa lei representa um marco importante para garantir o direito ao convívio familiar saudável, livre de qualquer interferência negativa. **Conclusão:** a Lei nº 12.318/2010 surgiu como um importante instrumento para estabelecer medidas a serem tomadas diante da constatação da prática de alienação parental. A análise desse dispositivo legal torna-se fundamental para se compreender como ele tem atuado na proteção dos direitos das crianças e adolescentes frente aos conflitos familiares caracterizados pela prática da alienação parental.

Palavras-chave: Alienação parental. Direito de Família. Guarda de filhos.

